



**Câmara dos Deputados**  
Gabinete do Deputado Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

**PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024**  
(Do Sr. Prof. Reginaldo Veras)

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se ao ANEXO do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034", o seguinte tema 19, com o respectivo objetivo, metas e estratégias:

**"19. Educação e mudanças climáticas**

|             |  |
|-------------|--|
| Objetivo 19 | Criar Programa Nacional de Educação Ambiental Climática e assegurar a preparação da área de educação para a prevenção, mitigação e adaptação das escolas e redes de ensino aos eventos relacionados às mudanças do clima, com vistas à transição ecológica, por meio de ações em regime de colaboração.  |
| Meta 19.a.  | Promover, em colaboração com órgão ambientais, o envolvimento da área de educação nos debates e ações sobre mudanças do clima, a proteção da biodiversidade, os riscos e emergências socioambientais e outros limites planetários, de forma a combater a desinformação e o negacionismo climático.   |
| Meta 19.b.  | Elaborar no prazo de dois anos diretrizes de educação ambiental climática na educação básica com foco em temas relacionados às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade, aos riscos e emergências socioambientais, bem como sobre as estratégias de prevenção, adaptação, mitigação e regeneração das áreas das comunidades escolares afetadas pelos efeitos desses fenômenos |

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes –  
gabinete 293 – telefone (61) 3215-5293 - Brasília - DF - CEP 70160-900 –



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259872413200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

Apresentação: 05/05/2025 17:10:50.970 - PL2614/24  
EMC 1/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024

EMC n.1/2025





**Câmara dos Deputados**  
Gabinete do Deputado Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

|                   |  |
|-------------------|--|
|                   | provocados pela ação humana.   |
| Estratégia 19.1.  | Incluir nos programas nacionais de material escolar e de livros didáticos, livros e materiais sobre mudanças climáticas e perda de biodiversidade.   |
| Estratégia 19.2.  | Elaborar, com base em estudos técnicos, referencial para construção e adequação de edificações escolares para garantir resiliência aos efeitos da emergência climática, conforme o cenário esperado em cada região do País, assegurando instalações com conforto térmico e segurança para todos os estudantes. |
| Estratégia 19.3.  | Instituir, no prazo de um ano, programa nacional de financiamento para apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na adequação das instalações escolares aos efeitos das mudanças do clima, com transferência direta de recursos às escolas.  |
| Estratégia 19.4.  | Implementar programa nacional de hortas escolares, com apoio técnico e financeiro da União em 25% das escolas do País nos primeiros cinco anos de vigência deste Plano e em 50% das escolas até o fim do decênio.  |
| Estratégia 19.5.  | Implementar sistema de coleta de águas das chuvas em 50% das escolas do País   |
| Estratégia 19.6.  | Adequar as edificações escolares para uso sustentável de energia, bem como utilização de energias renováveis, principalmente solar e eólica, conforme a realidade de cada região.  |
| Estratégia 19.7.  | Arborizar as áreas das escolas, bem como as áreas circunvizinhas das instalações escolares.  |
| Estratégia 19.8.  | Promover a formação de todos os profissionais da educação básica sobre o tema das mudanças do clima, da proteção da biodiversidade e da gestão de riscos relacionados às emergências socioambientais.  |
| Estratégia 19.9.  | Criar plano de emergência para garantia da continuidade das atividades escolares, de forma presencial ou a distância, em casos de emergências provocadas por eventos climáticos extremos e outros desastres ambientais, assegurando o direito à educação de estudantes desalojados ou desabrigados.            |
| Estratégia 19.10. | Assegurar, até o segundo ano de vigência deste plano, que todas as escolas do País tenham acesso a água potável, bem como água para as demais atividades humanas e vida animal nas proximidades das escolas.   |
| Estratégia 19.11. | Promover revisão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com vistas a induzir a compra pelas escolas de gêneros alimentícios produzidos de forma sustentável, bem como oferecer cardápios balanceados com oferta de proteína animal e vegetal.  |
| Estratégia 19.12. | Implementar, no prazo de 3 anos, planos de resíduos sólidos em todas as escolas e redes de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.   |

Apresentação: 05/05/2025 17:10:50.970 - PL261424  
EMC 1/2025 PL261424 => PL 2614/2024

EMC n.1/2025



Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes –  
gabinete 293 – telefone (61) 3215-5293 - Brasília - DF - CEP 70160-900 –



**Câmara dos Deputados**  
Gabinete do Deputado Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

|                   |  |
|-------------------|--|
| Estratégia 19.13. | Implementar programa para aquisição de ônibus e embarcações escolares movidas por fontes alternativas de energia, suspendendo no prazo de três anos a compra de veículos escolares movidos a combustíveis derivados do petróleo.   |
| Estratégia 19.14. | Incentivar a criação de coletivos nas comunidades escolares, com vistas à multiplicação de conhecimentos transdisciplinares e saberes comunitários sobre as implicações planetárias e locais das mudanças climáticas, e as formas de prevenção, adaptação, mitigação e regeneração.                                      |
| Estratégia 19.15. | Assegurar, com prioridade, a utilização de recursos do Fundo Social de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, vinculados à educação básica nos termos do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para adequação das escolas e redes de ensino aos eventos relacionados às mudanças do clima." |

NR".

### JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034", é uma das mais importantes matérias em tramitação no Congresso Nacional. Trata-se do terceiro Plano Nacional de Educação (PNE), após a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os dois planos anteriores, inclusive o vigente, tiveram papel crucial na mobilização do poder público e da sociedade para garantir prioridade às pautas educacionais. Como sabemos, a implementação desses instrumentos de política pública deixou a desejar, com diversas metas restando não alcançadas. Apesar disso, os PNEs têm funcionado como mecanismos de direcionamentos das ações estatais, além de servirem como referencial para cobrança e *accountability* por parte dos cidadãos.

No novo ciclo do PNE, que deveria se iniciar neste ano de 2024, é necessário que nos guiemos pelas experiências dos planos anteriores, garantindo que o acesso, a permanência e a qualidade do ensino sejam as prioridades máximas, sob a moldura da indispensável luta contra as desigualdades que permeiam nossa sociedade e que muitas vezes são

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes –  
gabinete 293 – telefone (61) 3215-5293 - Brasília - DF - CEP 70160-900 –



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259872413200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





**Câmara dos Deputados**  
Gabinete do Deputado Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

potencializadas pelas instituições escolares. Nesse sentido, o PL nº 2.614, de 2024, traz importantes contribuições, com a atualização de metas, e com uma atenção diligente com os estudantes dos grupos mais vulneráveis.

Apesar desses cuidados, no entanto, constatamos que um tema fundamental para o futuro das novas gerações e, por que não dizer, da vida humana na Terra, foi esquecido no projeto de novo PNE: o sensível assunto das mudanças climáticas. Em uma pesquisa simples no texto do PL encaminhado pelo Poder Executivo encontramos a expressão "mudanças climáticas" apenas uma vez na Estratégia 14.5., sem, no entanto, haver metas explícitas para o engajamento da área de educação no esforço coletivo por um novo padrão de relação com a natureza.

Como sabemos, e os dados científicos sustentam, estamos em um momento crítico em que importantes decisões precisam ser tomadas no campo ambiental. A principal fonte de informações sobre as mudanças climáticas é o Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima (IPCC), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Dados dessa entidade têm mostrado um aumento substancial da temperatura média global em relação aos níveis pré-industriais, que pode colocar em risco a vida em nosso planeta. O IPCC, então, alerta que a cada 0,5% de aumento da temperatura média na Terra, teremos mais eventos climáticos extremos como calor, tempestades, secas e incêndios.

Esses eventos causarão danos gigantescos tanto para os ecossistemas quanto para as sociedades. Por isso, medidas de adaptação são necessárias, bem como medidas para reduzir o ritmo do aquecimento e evitar que as temperaturas aumentem para níveis mais insustentáveis ou mesmo irreversíveis. Dentre essas medidas, destaque-se o completo abandono dos combustíveis fósseis, além da busca de novas fontes de energia limpa e aumento da eficiência energética.

Nesse processo, as principais mudanças devem acontecer nos

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes –  
gabinete 293 – telefone (61) 3215-5293 - Brasília - DF - CEP 70160-900 –





**Câmara dos Deputados**  
Gabinete do Deputado Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

setores produtivos e de consumo, mas há outras áreas da vida social que precisam acompanhar essas transformações. Uma delas é a de educação.

De fato, os desastres naturais como as recentes enchentes no Rio Grande do Sul ou a queimadas que atingem cada vez mais o Brasil em períodos de seca, têm demonstrado que as escolas, os estudantes e todo o ecossistema educacional é afetado. Quando há um evento extremo, geralmente as aulas são suspensas, deixando os estudantes sem aula por longos períodos. Quando, apesar da crise, ainda é possível ir para a escola, é comum que os edifícios escolares sejam ocupados por desabrigados, impedindo da mesma forma a continuidade das atividades de ensino. No dia a dia, fica evidente também a inadequação de muitas instalações escolares, nas quais o desconforto térmico provocado pelo calor é motivo de adoecimento e pode afastar os estudantes das salas de aula.

Ademais, como atividade humana que envolve a utilização de muitos recursos materiais, a educação contribui para degradação ambiental, sendo responsável também pela emissão de gases do efeito estufa (GEE). Afinal, prédios escolares, materiais didáticos, transporte escolar, alimentação e insumos utilizados nos processos educacionais seguem, em geral, os padrões comuns nas sociedades industriais. Em consequência, a participação da área de educação no esforço pela redução das emissões, além de reduzir o impacto das atividades educacionais no clima, tem o condão de induzir o setor produtivo à utilização de práticas sustentáveis, tendo em vista o enorme peso econômico do setor educacional no Brasil, com compras vultosas, especialmente no segmento público.

Nesse sentido, é preciso que a instituição escolar (compreendidos aqui todos os órgãos e entidades de ensino) seja incluída nos esforços gerais para descarbonização e construção de resiliência, de forma a assegurar que as escolas continuem funcionando. Se nada for feito, o setor de ensino continuará contribuindo para a crise civilizatória, e as desigualdades educacionais tenderão a aumentar, pois as populações mais vulneráveis são as mais atingidas pela crise climática.

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes –  
gabinete 293 – telefone (61) 3215-5293 - Brasília - DF - CEP 70160-900 –





**Câmara dos Deputados**  
Gabinete do Deputado Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

Vale ressaltar, ademais, que a escola, ao desempenhar o seu papel típico de instituição de socialização, tem ainda a tarefa de contribuir para a mudança de consciência sobre a crise climática, efetivando o direito constitucional de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado por meio da educação ambiental (CF, art. 225, § 1º, VI). Destarte, o ensino poderá contribuir tanto para a compreensão dos processos físicos, químicos e biológicos quanto dos mecanismos históricos, econômicos, sociológicos e até filosóficos que nos trouxeram à situação limite em que nos encontramos como humanidade, bem como das alternativas para a superarmos. Assim, é preciso também levar o conhecimento sobre a crise climática para os currículos e para o dia a dia das comunidades escolares.

É por essas razões que resolvemos apresentar esta emenda. Consideramos que além dos problemas tradicionais da educação brasileira, não há maior desafio a ser enfrentado nos próximos dez anos do que a compreensão integral da crise climática e a tradução desse entendimento em ação efetiva para reverter a catástrofe que se anuncia. Educação de qualidade nos tempos que virão será aquela que, nas palavras do sábio escritor indígena Ailton Krenak, ajude a humanidade a "adiar o fim do mundo".

Tendo em vista a urgência desse tema para as políticas educacionais, julgamos que o novo PNE, para ser consentâneo com o momento histórico atual, precisa ter metas claras a serem alcançadas na área de educação, com vistas a contribuir para a reversão do padrão de interação dos seres humanos com a natureza que levou ao quadro atual de desequilíbrio, com ameaças à biodiversidade e à vida em nosso planeta.

Nossa proposta se inspira em diversas fontes de conhecimento sobre o tema e em instituições e indivíduos que vêm lutando pelo planeta e por justiça climática. Como fonte de inspiração, citemos inicialmente o documento Diretrizes de Educação Ambiental Climática, elaborado a partir de uma parceria entre o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) com o Instituto Clima e Sociedade e o Programa Cemaden Educação, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes –  
gabinete 293 – telefone (61) 3215-5293 - Brasília - DF - CEP 70160-900 –







**Câmara dos Deputados**  
Gabinete do Deputado Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

Nossa emenda não se pretende acabada e definitiva. Ela é um chamamento para reflexão, sem pânico, de forma que o texto final que esperamos venha a constar do novo PNE seja o reflexo de um amplo debate. O tempo urge, pois este é o mais importante desafio atual de nossa sociedade e em relação ao qual a educação não pode ficar alheia.

Em virtude do exposto, apresentamos esta emenda para acrescentar o tema (eixo) 19 no PL nº 2.614, de 2024, de forma a assegurar a preparação da área de educação para a prevenção, mitigação e adaptação das escolas e redes de ensino aos eventos relacionados às mudanças do clima, bem como sobre a necessidade de uma transição ecológica que permita ao ser humano continuar habitando o jardim chamado planeta Terra.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 05 de maio de 2025.

**DEP. PROF. REGINALDO VERAS**

**PV/DF**



Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes –  
gabinete 293 – telefone (61) 3215-5293 - Brasília - DF - CEP 70160-900 –

